

Índice

Estónia e Portugal, dois casos de sucesso no PISA	1
A moda descobre a objeção de consciência	2
França: A liberdade de expressão não chega ao aborto	3
“Silêncio”	4

Estónia e Portugal, dois casos de sucesso no PISA

A publicação do relatório PISA, de três em três anos, converteu-se no evento internacional por excelência no mundo educativo. Com cada edição, os meios de informação enchem-se durante alguns dias de notícias que costumam centrar-se nos dados nacionais ou nos de outros países em destaque. A nomenclatura não costuma mudar: alguns países do Oriente que encabeçam o *ranking* (Singapura, Hong Kong...), ou a Finlândia no âmbito europeu. No entanto, outros países com bons resultados passam despercebidos, apesar de merecerem atenção pelo seu progresso ou por algumas características destacadas do seu sistema educativo. É o caso de Portugal e Estónia.

Ambos são um claro exemplo de melhoria sustentada ao longo do tempo, embora o seu lugar no *ranking* seja muito diferente. A Estónia situa-se já no grupo das grandes potências educativas, à altura dos melhores países asiáticos, Finlândia ou Canadá. De facto, se nos fixarmos no campo das ciências, onde esteve o foco nesta edição, a Estónia é juntamente com o Japão o país que melhor nota obteve, acima da Finlândia, que tradicionalmente a havia superado. Também ultrapassou – relativamente a 2006, último ano centrado nas ciências – Hong Kong, a Holanda ou a Austrália.

Partilha igualmente a liderança com o Japão noutra interessante *ranking*. Ambos são os países onde uma menor percentagem de estudantes (somente 10 %) se fica pelos níveis de competências científicas mais baixas. No conjunto da

OCDE, desde 2006 que desceu a percentagem de notas excelentes, e cresceu a de “suspensos”. Pelo contrário, na Estónia a primeira subiu e a segunda baixou, embora muito ligeiramente.

Num [documento](#) dedicado a este país e publicado como anexo à maior parte do relatório PISA, são elogiadas as políticas implementadas pelos diversos governos para atender precisamente os estudantes de estratos socioeconómicos mais baixos, ou aqueles que partiam com desvantagem por outro motivo. Concretamente, é ressaltada a melhoria dos falantes de russo, que tradicionalmente ficavam para trás. Além disso, são destacadas outras medidas dirigidas a promover a inclusão e a igualdade nas salas de aula. Por outro lado, o texto elogia o rigor com que as administrações educativas analisaram e implementaram as recomendações incluídas noutras avaliações internacionais anteriores.

Não obstante, embora a Estónia sobressaia pelos seus resultados globais, a verdadeira história de superação do PISA 2015 é protagonizada por Portugal. Ainda não se encontra entre as grandes potências educativas, nem nas ciências, nem nas outras duas disciplinas examinadas – leitura e matemática –, mas já supera a média da OCDE em todas elas, quando há alguns anos se situava claramente abaixo. Nas ciências, a sua projeção destaca-se em especial. Os autores do relatório, que dividem os países em grupos com características similares, situam Portugal juntamente com alguns dos mais avançados da Europa, como a Dinamarca ou a Bélgica, e acima da França, da Áustria, da Itália ou da Espanha.

Além disso, a sua ascensão tem especial mérito por duas circunstâncias. Em primeiro lugar, a melhoria foi conseguida de modo especial no setor tradicionalmente com piores notas.

Assim, é o país da OCDE onde mais diminuiu a percentagem de alunos “suspensos” desde 2006. Atualmente, está abaixo da de outros países com grandes resultados globais, como a Holanda ou a Alemanha. Ao mesmo tempo, também é o país onde mais cresceu a percentagem de notas com destaque. Um exemplo de que a excelência não é inimiga da igualdade.

A segunda circunstância que engrandece o seu mérito é que o crescimento aconteceu apesar de terem diminuído os gastos públicos por estudante. Numa época de grandes ajustamentos na administração pública, a qualidade da educação não só não se ressentiu, como melhorou.

Embora na Estónia não tenham existido cortes drásticos no orçamento educativo, os seus resultados também são muito melhores do que haveria a esperar pelos gastos por estudante. De facto, obtêm a mesma nota média nas ciências que a Dinamarca, a qual teve o triplo de gastos. A Estónia e Portugal são dois exemplos do que o relatório PISA tem vindo a advertir há várias edições: o aumento das verbas destinadas à educação é importante apenas até se atingir um nível mínimo; uma vez superado esse limiar, não é evidente uma relação clara com o desempenho educativo.

F. R.-B.

A moda descobre a objeção de consciência

Ainda não se sabe se Donald Trump vai construir o muro com o México, ou se avançará com barreiras aduaneiras às importações chinesas. Mas o tema candente da etapa de transição foi quem iria vestir a primeira dama, Melania Trump. O curioso é que, sem que ela se tenha dirigido a nenhum estilista, tenha surgido uma série de “não candidatos” a essas primárias da moda presidencial. Não, não é nada de pessoal contra Melania, uma ex-modelo que, vista o que vestir, é muito difícil que lhe fique mal. É que não querem ter nada a ver com a presidência de Trump.

Deve ter-se em conta que a indústria da moda, como tantos setores da *beautiful people* e de Hollywood, tinham apoiado sem reservas Hillary Clinton. Talvez alguns tivessem já preparados os desenhos para quem já não seria a Primeira Dama, mas a Primeira Presidente. E apareceram estes votantes brancos e deitaram a perder a coleção.

A primeira a disparar foi Sophie Theallet, que assegurou de modo categórico numa carta aberta no Twitter: “Não desenharei nem me associarei de nenhuma forma à próxima Primeira Dama. A retórica de racismo, sexismo e xenofobia

desencadeada pelo seu marido na campanha presidencial são incompatíveis com os valores partilhados pelos quais vivemos”. Talvez isto de julgar uma mulher pelas ideias do seu marido – como se ela não pudesse ter as suas próprias – ressoe algo sexista; mas também é compreensível que a estilista não queira que o seu trabalho redunde em qualquer benefício para Trump, mesmo que seja através da imagem da sua mulher.

Talvez o facto de dizê-lo numa carta aberta, sem que Melania lhe tenha feito qualquer encomenda, reflita uma ânsia de autopromoção, de deixar claro que se está entre os bem pensantes, ou até a pretensão de encabeçar um boicote do mundo da moda. Mas está no seu direito.

Na mesma linha se manifestaram outros estilistas. Foi o caso de Tom Ford (“Ela não é a minha imagem”) ou Marc Jacobs (“Prefiro dedicar as minhas energias a ajudar os que serão prejudicados por Trump e seus apoiantes”). No fundo, tem a ver com valores, como deixa claro Phillip Lim, que quer ser associado apenas com “homens e mulheres que partilham um conjunto similar de valores, desejos e ideologias: inclusão, diversidade, justiça, consciência, inovação...”. Excluir Melania e os votantes de Trump em nome da inclusão e da diversidade é sem dúvida um padrão ideológico muito exclusivo. Mas está no seu direito.

Pelo contrário, outros estilistas declararam-se dispostos a trabalhar para a nova Primeira Dama. Entre eles, Tommy Hilfiger, que pensa que “os estilistas deveriam estar orgulhosos em vestir Melania Trump. É uma mulher muito bela”. Poderíamos dizer que é como contar com uma *top model* para exibir os nossos desenhos, e que ainda por cima nos paga para os vestir.

Se aos que se negam à partida a desenhar para Melania Trump os acusassem de estarem a discriminá-la pela sua orientação política, cairia o Carmo e a Trindade. Diriam que têm toda a liberdade de escolher a sua clientela, que não estão dispostos a contribuir com o seu trabalho para a promoção de Trump, que não querem ver-se associados aos novos inquilinos da Casa Branca, que Melania tem outros costureiros a quem recorrer. E teriam razão.

O anormal é que estes estilistas tenham apoiado uma candidata como Hillary Clinton, cujas políticas negam a outros profissionais esta mesma liberdade para serem coerentes com os seus valores. Se Marc Jacobs não quer que Melania Trump use os seus modelos, qual o motivo de um alfaiate não poder negar-se a fazer um fato de noivo de um casamento *gay*? Qual a razão para que um pasteleiro seja condenado por negar-se a fazer um bolo para uma cerimónia deste tipo a qual, na sua opinião, desnatura o casamento? Se alguns costureiros não querem ver-se associados de nenhum modo a ideias políticas que rejeitam, será que um médico objetor do aborto ou da eutanásia não terá o direito de se manter à margem de práticas que condena? Estes costureiros objetores deveriam ser obrigados a procurar para Melania outro estilista disposto a

atender os seus pedidos como alguns exigem ao médico objeto?

Aquilo que os costureiros objetores defendem é uma liberdade que é extremamente necessária numa sociedade pluralista: a liberdade de conduzir a vida própria e os negócios próprios de acordo com as ideias próprias. Estão a exercer a liberdade de discriminar, a liberdade de se associar e de trabalhar com as pessoas que pensam do mesmo modo e de não o fazer com aqueles que pensam o contrário, a liberdade de não se ser obrigado a fazer coisas contrárias às convicções próprias.

Não parece que estes deslantes de alguns estilistas venham a ser um obstáculo para que a Primeira Dama se vista como quiser. Mas pelo menos serviram para revelar que há estilistas com uma consciência tão delicada, para não dizer escrupulosa, suficiente para recusarem ver-se envolvidos na política de Trump, nem sequer com algo tão distante como os vestidos da sua mulher. É de esperar que saberão defender também a mesma liberdade profissional noutros campos.

Melania Trump acabou por optar por criações do norte-americano Ralph Lauren na sua ida ao Capitólio e do francês Hervé Pierre, para o baile presidencial na Casa Branca.

I. A.

França: A liberdade de expressão não chega ao aborto

A Turquia de Erdogan tem o recorde de meios de comunicação social fechados, acusados de desinformação por não seguirem a linha oficial islamista. Agora, também o governo francês está a descobrir as vantagens de recorrer à lei para fechar as *webs* que dão uma informação que se afasta da doutrina oficial. Neste caso, sobre o aborto.

Na sua ânsia de remover qualquer reserva do direito ao aborto, o governo socialista está a dar mostras de uma obstinação sem precedentes desde que a interrupção voluntária da gravidez (IVG) foi legalizada em 1976. Em primeiro lugar, retirou do texto da lei o estado de necessidade (*détresse*) que justificava a exceção ao princípio de respeito pela vida de todo o ser humano. Embora se tratasse de uma mera formalidade, podia ser incongruente com a autonomia total da mulher para decidir sobre a gravidez. A seguir, suprimiu o prazo de reflexão de uma semana, exigido pela lei para chegar a uma decisão mais meditada antes do aborto. As mulheres não eram menores de idade, foi dito, e já sabiam aquilo que queriam.

Mas agora quer calar também as *webs* que oferecem informações e testemunhos que podem provocar a reflexão da mulher confusa diante de uma gravidez conturbada. Estas *webs* ([ivg.net](#), [sosbébé](#), [testpositif](#), [afterbaiz](#)...) têm mais audiência do que o governo desejaria e isso irrita-o. Enquanto os canais oficiais somente apresentam informações para facilitar o aborto, estas outras *webs* – sem discutirem diretamente o direito ao aborto – apresentam conselhos sobre a gravidez, informação sobre as repercussões médicas do aborto, alternativas perante uma gravidez não desejada, testemunhos de mulheres que lamentam ter abortado, respostas a dúvidas, atenção e escuta de mulheres que querem contar a sua experiência...

São *webs* com uma linguagem serena, que sobretudo oferecem saídas positivas e encorajadoras para a mulher em face de uma gravidez inesperada. E talvez por refletirem essas inquietações que a *web* oficial do Ministério silencia, estabeleçam ligação com as preocupações de mulheres que têm sentimentos ambivalentes perante a interrupção da sua gravidez.

Ao não poder ganhar a batalha da persuasão, a ministra dos Direitos das famílias, da infância e das mulheres, Laurence Rossignol, pretende criar um delito de opinião, sem o chamar assim. A manobra consiste em ampliar o delito de “obstáculo à interrupção voluntária da gravidez” – pensado para impedir piquetes diante de clínicas abortistas – de forma a poder fechar as *webs* que, com a sua “desinformação”, são um obstáculo à livre decisão da mulher. Mas como se explica que a liberdade de expressão de uma pessoa seja um obstáculo para a liberdade física de outra?

A ministra acusa estas *webs* num comunicado de “exercerem pressões psicológicas ou morais a fim de dissuadir as mulheres de recorrer à IVG”. Mas não é isto o que faz qualquer grupo que quer promover aquilo que considera uma boa causa? Pela mesma razão haveria que castigar os que pressionam a favor do transporte público como obstaculizadores do direito de andar de automóvel particular, e as *webs* de vegetarianos, que nos querem criar problemas de consciência por exercermos o direito de comer carne.

A manobra é tão artificial que a ministra se apressa a assegurar que, evidentemente, isto não tem nada que ver com a liberdade de expressão. Estas *webs* seriam perseguidas por criarem obstáculos, com uma informação enganadora, tendo por objetivo dissuadir a mulher que pensa vir a abortar. Mas uma informação enganadora pressupõe que haja uma verdade oficial sobre o aborto, definida pelo governo.

Sem dúvida, na literatura médica sobre o aborto existem temas discutidos, mas o que pretende o governo é que somente possa ser apresentada publicamente a doutrina que ele defende. Será uma alegação falsa dizer que o aborto pode ter sequelas psicológicas negativas? Ou que pode influir na futura fertilidade? Não serão reais os testemunhos de mulheres que lamentam ter abortado, ou que contam as pressões que sofreram no seu meio familiar? De facto, outras *webs* como

ivg.net, advertem para as [afirmações falsas](#) ou incompletas que aparecem na *web* do Ministério.

Pelo menos, deve reconhecer-se que são assuntos suscetíveis de debate, igualmente com opiniões variadas dentro da literatura científica. E a liberdade de expressão é precisamente para que todas se possam manifestar.

A ministra alega que estas *webs* não proporcionam uma informação neutral. Mas basta ver a *web* oficial ([ivg.social-sante.gouv.fr](#)) para comprovar que o governo se dispensa dessa neutralidade ao falar das consequências médicas da IVG, ou ao silenciar as possíveis alternativas ao aborto.

A pretensão de excluir certas *webs* implica também pouca confiança na capacidade das leitoras para avaliar a informação. Como escreve [Madelaine de Jessey](#), do Partido Les Républicains, a proposta pressupõe “considerar uma mulher como menor de idade, incapaz de refletir por si mesma, de forjar a sua própria opinião ou de distanciar-se do conteúdo de uma *web*”. Neste caso, não parece que o direito a decidir se aplique à *web* na qual a mulher queira informar-se.

O radicalismo da proposta levou a que o presidente da Conferência Episcopal francesa, o arcebispo de Marselha, Mons. Georges Pontier, tenha escrito uma [carta](#) ao presidente François Hollande expressando-lhe a sua preocupação. Um gesto que chamou a atenção, pelo seu caráter excepcional. Na sua carta, Pontier defende o trabalho destas *webs*, “cujo sucesso prova que respondem a uma necessidade”. As mulheres que se informam nessas *webs*, poderão a seguir abortar ou salvar o seu filho. Mas a posição [destas *webs*] incita à reflexão, e isso é justamente aquilo que se lhes reprova. Teriam de adotar à partida uma posição favorável ao aborto”.

Por isso, o arcebispo de Marselha indicou a Hollande que esta proposta de lei “põe em cheque especialmente a liberdade de expressão, que não pode acontecer a diferentes velocidades consoante os temas”. Sobretudo, constituiria “um grave precedente de limitação da liberdade de expressão na Internet. Uma limitação tanto mais grave, porque afeta assuntos de liberdade de consciência. Isto parece-me um atentado muito grave aos princípios da democracia”.

Pontier põe o dedo na ferida, pois se o governo pudesse vetar tudo o que considera “desinformação”, também poderia fechar as *webs* de sindicalistas que discordam da sua reforma laboral, ou as *webs* económicas que criticam o estado precário da economia. E o tema do aborto terá uma margem mais restritiva de debate?

Por outro lado, não parece que haja muita dificuldade para abortar num país onde uma em cada cinco gravidezes termina em aborto e é financiada pela Segurança Social a 100 %. O número de abortos, em torno de 215 000 anuais, está estabilizado desde 2006, apesar da extensão da contraceção, e significa uma taxa de 14,5 por mil mulheres em idade fértil.

Se de pressões se trata, as pressões a que mais exposta está uma mulher com uma gravidez conturbada são as que vêm do seu companheiro, do seu meio familiar ou do seu empregador que muitas vezes a incitam a interromper a sua gravidez. Mas este tipo de pressões sobre a liberdade da mulher não são as que preocupam o governo.

O texto foi aprovado em primeira leitura pela Assembleia Nacional através do procedimento acelerado a 1 de dezembro passado. Na versão do Senado, desapareceu a alusão específica às *webs*. Uma comissão paritária entre a Assembleia e o Senado irá acordar um texto comum.

I. A.

“Silêncio”

“Silence”

Realizador: Martin Scorsese
Atores: Andrew Garfield; Liam Neeson
Duração: 160 min.
Ano: 2016

“Silêncio” não é um filme fácil nem linear... O próprio realizador demorou mais de 20 anos até decidir realizá-lo. Trata-se da sua visão pessoal sobre um episódio acontecido no Japão, no séc. XVII. Durante as perseguições aos cristãos, muitos católicos são mortos depois de torturados cruelmente. Os padres e religiosos são os principais alvos a abater, acabando muitos deles mártires. No entanto, um dos missionários com mais responsabilidades, ao ser torturado, vai renegar a sua Fé e passa o resto da sua vida como um japonês, de acordo com os costumes locais.

Seguindo o filme, dois jesuítas resolvem ir ao Japão para saber o que se passara e “salvar o seu irmão”. Ambos são apanhados e torturados. Um é morto e o outro, depois de muito sofrimento e angústia, acaba por renegar a Fé. O filme entra então numa área subjectiva do comportamento humano: a motivação. O que terá levado esse religioso a dar o passo de apostatar? Não há nada que nos possa esclarecer. Scorsese dá-nos a sua interpretação e deixa questões a ecoar até nós: dar a vida pelos outros... ter com quem se aconselhar... Jesus é alguém que perdoa, nos ama e a quem se pode amar... o valor que dá ser fiel... É um filme que interpela por dentro, em silêncio.

Tópicos de análise:

1. A motivação está ligada à paixão para com algo ou alguém.
2. Pedir perdão e recomeçar já aponta para uma solução.
3. Ser fiel credibiliza a pessoa, a sua forma de estar e de olhar a vida.

[Hiperligação](#)

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

